

Editorial

Neste segundo número de 2006 a RBB traz algumas das conferências proferidas no *IV Encontro Luso-Brasileiro de Bioética*, realizado em São Paulo. Como o tema daquele encontro era a vulnerabilidade, os artigos desse número discutem o assunto, enfocando-o sob diferentes perspectivas. A forma final de cada artigo aqui apresentado buscou adequar à forma escrita os trabalhos inicialmente produzidos para serem divulgados como palestras.

A seção *Artigos Especiais* apresenta os trabalhos de Maria do Céu Patrão Neves e de Marcio Fabri dos Anjos. A autora portuguesa discute o conceito de vulnerabilidade, buscando defini-lo no âmbito da bioética. Para isso, estabelece a genealogia do conceito retomando trabalhos basilares da reflexão ética contemporânea. O trabalho do bioeticista brasileiro contrapõe as noções de vulnerabilidade e autonomia em bioética, estabelecendo paralelo entre elas e analisando algumas questões da vulnerabilidade à luz da idéia da autonomia formal kantiana. Como é próprio da perspectiva desse autor, as reflexões aqui apresentadas inserem a discussão da vulnerabilidade no contexto sócio-cultural contemporâneo, correlacionando essa temática às relações de poder.

A seção de *Artigos Originais* apresenta as contribuições de cinco autores, também conferencista no mesmo evento. O primeiro artigo, de autoria de Fermin Roland Schramm questiona aspectos biopolíticos e de biopoder das práticas sanitárias atuais, apontando a hipótese de uma transição paradigmática na concepção da saúde, que estaria deixando de ser direito do cidadão e dever do Estado para se tornar dever do cidadão e um direito do Estado. Para conceituar essa argumentação propõe a análise da categoria vulnerabilidade, buscando distingui-la da categoria vulneração. A seguir, Lucília Nunes, discute os direitos dos usuários dos serviços de saúde, abordando o tema da vulnerabilidade à luz da bioética, em interface com a Enfermagem. Para tanto a filósofa e enfermeira portuguesa traça uma linha de reflexão que vai da idéia de pessoa à construção dos direitos humanos e, da mesma forma, transita dos direitos dos usuários aos deveres dos profissionais. O artigo seguinte, conferência inaugural do Encontro

Luso-Brasileiro, é de José Eduardo de Siqueira. Contrastando os avanços tecnológicos à disseminação e aumento da pobreza e da marginalização, o autor aponta para a necessidade, neste início de milênio, de fomentar a consciência comunitária por meio da construção social em redes, que possam transformar a realidade social dos grupos e segmentos excluídos. Baseado na experiência clínica, o artigo que se segue traz uma reflexão de Filipe Nuno Alves dos Santos Almeida, que discute o despreparo ético das instituições, dos profissionais de saúde e mesmo dos pais para lidar com as crianças em tratamento. Segundo o autor, essa circunstância aumenta a vulnerabilidade dos pequenos pacientes, repercutindo tanto no que diz respeito a seu direito à informação como no que se refere à decisão terapêutica. Por fim, coroando essa seção é apresentado o artigo de Walter Osswald, o qual discute a vulnerabilidade a partir das circunstâncias comuns ao cotidiano dos pesquisadores. Discutindo aspectos éticos relacionados à omissão e ao comportamento estritamente legalista, o autor propõe uma reflexão sobre as "tentações" relacionadas à ética profissional.

Na seção *Documentos* é apresentada a Resolução do Conselho Federal de Medicina, CFM nº 1.805/06, que dispõe sobre o direito do médico de limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente, com enfermidade grave e incurável, em respeito à sua vontade manifesta ou de seus representantes legais. A escolha de tal documento baseia-se na expectativa da RBB estar contribuindo para a discussão dessa tão importante questão no âmbito da bioética. Desejamos a todas e todos uma boa leitura.

Os Editores